

Economia Popular e Solidária

Diretrizes para Programas de Governo
Eleições Municipais 2024

Democracia Socialista

Sobre

Este documento foi redigido com referência nos debates ocorridos durante o [Ativo Nacional de Economia Solidária da Democracia Socialista](#), em 2022, com o desafio de tratar sobre o papel desta temática no modelo de desenvolvimento do Brasil e na construção das bases programáticas da transformação e revolução brasileira!

A proposta é orientar para a elaboração de diretrizes de Políticas Públicas comprometidas com a Inclusão Social por meio do Trabalho e com Justiça Social, sem deixar de considerar que cada localidade tem suas especificidades históricas, sociais, econômicas e culturais.

Introdução

Entendemos que as Políticas Públicas de Economia Solidária devem ser consideradas como integrantes da estratégia de construção de um programa que enfrente o neoliberalismo **construindo as bases de uma economia de transição para uma alternativa ao capitalismo – um Socialismo que precisamos redefinir para o Brasil do Século XXI**. Essas políticas devem ter espaço e recursos que permitam que se consolidem como instrumento de apoio à democratização da economia pela **inclusão e organização econômica de uma base social importante para o nosso projeto**, com a atuação coletiva e participativa por meio da autogestão do trabalho associado, estimulando a articulação da luta das pessoas trabalhadoras autogestionárias e das trabalhadoras assalariadas.

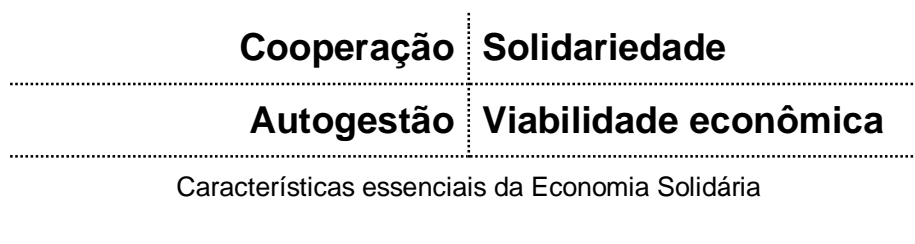
Assim, no Brasil e em muitos países da América Latina, a Economia Solidária já se mostra com este potencial, mas para que ele se transforme em realidade, além das Políticas Públicas, é necessário que a Economia Solidária contribua para a construção de uma nova identidade que aglutine as pessoas trabalhadoras na **formação de um bloco histórico** fundado sobre uma **nova cultura política e uma nova cultura do trabalho**, com ampla participação popular e com o **aprofundamento das experiências econômicas e sociais**

autogeridas, expressão própria das experiências vividas pela classe-que-vive-do-trabalho, que no Brasil de hoje tem uma diversidade imensa.

Esta estratégia de avançar na democratização da economia deve, portanto, ser desenvolvida com um diálogo de perto, com a **participação e o fomento à organização econômica de outras lutas que compõem a agenda antiliberal capitalista**, tais como, os quilombolas, os indígenas, pescadores e pescadoras artesanais, movimentos antirracistas, a cultura independente e de base comunitária, o *software* livre, a comunicação alternativa e rádios comunitárias, com os movimentos populares, com os catadores, com a agricultura familiar e o Movimento Sem Terra, com a juventude, o Movimento Feminista, Movimento LGBTQIAPN+, enfim, nosso desafio é construir a unidade das pessoas trabalhadoras da autogestão na diversidade de pautas que movem nossa vontade militante de mudar o mundo. Destacamos aqui a importância da relação entre Economia Solidária e Economia Feminista no debate e na construção de uma economia que supere a divisão sexual do trabalho e que se constitua, contra todas as exclusões, explorações e opressões, a partir das necessidades do cuidado com a vida e com o bem viver da sociedade.

O que é Economia Solidária?

Trata-se de um modelo econômico que visa tornar o mundo um lugar mais justo para se viver. A Economia Solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação de trabalhadores em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos¹.



Mesmo com a diversidade de raízes que compõem o conceito de Economia Solidária e de dinâmicas culturais próprias vividas por cada grupo que a põe em prática, alguns pontos convergem para que possamos compreendê-la:

¹ Adaptado de: Economia Solidária na Política Pública Municipal. SENAES/MTE e Rede de Gestores. Disponível [aqui](#).

1. Princípios Fundamentais

| | |
|--|--|
| Valorização do trabalho e da pessoa humana O trabalho é visto como um direito e um valor central, com a pessoa humana no centro das relações econômicas. | Sustentabilidade A Economia Solidária busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e a justiça social. |
| Cooperação e solidariedade As relações são baseadas na colaboração e na busca do bem comum, em oposição à competição individualista. | Autogestão e democracia A tomada de decisões ocorre de forma democrática e participativa, com todos os membros envolvidos no processo. |
| Inclusão social A busca pela inclusão de todos, especialmente os grupos mais vulneráveis, é um objetivo fundamental. | Uma economia feminista, que não reproduza a divisão sexual do trabalho. Uma economia para o bem viver de <u>tod@s</u> e não para o lucro de poucos |

2. Objetivos e Metas

| | |
|---|---|
| Combate às desigualdades A Economia Solidária busca reduzir as desigualdades sociais e econômicas, promovendo uma distribuição mais justa da riqueza. | Geração de trabalho e renda A criação de trabalho e a geração de renda são prioridades, especialmente para os grupos mais vulneráveis. |
| Satisfação das necessidades básicas A Economia Solidária visa garantir que as necessidades básicas de todos sejam atendidas de forma digna. | Construção de uma sociedade mais justa A transformação da sociedade para um modelo mais justo e solidário é um objetivo de longo prazo. |

3. Diferenciais em Relação ao Modelo Econômico Capitalista

| | |
|--|---|
| Prioridade ao ser humano Ao contrário do capitalismo, que prioriza o lucro, a Economia Solidária e Feminista coloca o bem-estar das pessoas em primeiro lugar. | Relações de produção As relações de produção são baseadas na cooperação e na solidariedade, em vez da exploração e da competição. |
| Consumo consciente | Gestão democrática |

| | |
|--|--|
| <p>A Economia Solidária promove um consumo mais responsável e consciente, buscando reduzir o impacto ambiental e social.</p> | <p>As decisões são tomadas de forma coletiva e participativa, em contraste com a concentração de poder nas grandes empresas.</p> |
|--|--|

4. Impactos e Potencialidades

| | |
|---|---|
| <p>Inovação social</p> <p>A Economia Solidária é um campo fértil para a inovação social, com a criação de novas formas de organização e produção.</p> | <p>Empoderamento comunitário</p> <p>A Economia Solidária fortalece as comunidades, promovendo o desenvolvimento local e regional.</p> |
| <p>Alternativa ao modelo econômico dominante</p> <p>A Economia Solidária oferece uma alternativa ao modelo econômico capitalista, com um potencial transformador da sociedade.</p> | <p>Futuro mais sustentável</p> <p>A Economia Solidária contribui para a construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todos.</p> |

5. Desafios e Perspectivas

| | |
|---|---|
| <p>Escala e visibilidade</p> <p>A Economia Solidária ainda enfrenta desafios para se expandir e alcançar maior visibilidade.</p> | <p>Articulação com o Estado</p> <p>A necessidade de políticas públicas que apoiem e fortaleçam a Economia Solidária é fundamental.</p> |
| <p>Construção de redes e cooperativas</p> <p>A formação de redes e cooperativas é essencial para aumentar o impacto da Economia Solidária.</p> | <p>Uma economia que cuida da vida.</p> |

A Economia Solidária representa uma alternativa promissora para construir um mundo mais justo, equitativo e sustentável. Ao valorizar o trabalho, a cooperação e a solidariedade, ela oferece uma resposta aos desafios da sociedade contemporânea, como a desigualdade, a exclusão social e a crise ambiental. É necessário que os avanços conquistados pela Economia Solidária – em segmentos como a Reciclagem; Agriculturas Familiar, Urbana e Periurbana; Agroecologia; Artesanato (expressão das culturas regionais

e indígena); Cooperativismos de Plataforma e Popular e; Economia do Cuidado – sejam ampliados com suporte do Poder Público, garantindo o fortalecimento de novas estratégias de geração de trabalho e renda. Também apontamos que a organização social dos cuidados no Brasil é injusta e desigual, está baseada em uma desproporcional responsabilização das famílias pelo cuidado, especialmente das mulheres, e neste quadro de desigualdade queremos construir uma economia que não reproduza a divisão sexual do trabalho, uma economia que cuide da vida, para o bem viver de tod@s.

Neste sentido é necessário ampliar a institucionalização da Economia Solidária através de Políticas Públicas, inserindo-a na agenda política dos municípios de forma estruturante. Isto viabiliza: o reconhecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários como sujeitos de direito da formação, do assessoramento técnico e das Tecnologias Sociais; a ampliação do acesso ao crédito (necessário para investimentos e capital de giro dos EESs), bem como o fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários, cooperativas de crédito solidário) e; a criação e ampliação do acesso aos espaços de comercialização solidária, bem como o fomento à participação de EESs em processos de compras públicas.

A institucionalização da Economia Solidária também deve ser expressa por legislação própria que, caso já exista, pode ser adequada e aperfeiçoada para subsidiar as ações pretendidas e garantir a constituição de Conselhos de Economia Solidária, bem como a formulação participativa de Políticas Públicas que envolvam transversalmente o conjunto de todos os órgãos, entidades, organizações da sociedade civil e pessoas!

A crescente diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, grupos autogestionários, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens (materiais e imateriais), prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário, necessita cada vez mais de Políticas Públicas e instrumentos que viabilizem a realização de seus potenciais e representem um avanço concreto para seu fortalecimento.

Eixos de Ação

Considerando-se as experiências nacionais e internacionais do movimento de Economia Solidária, pode-se apresentar que há demanda por iniciativas do Poder Público nos seguintes eixos:

| | |
|---|--|
| Assessoria Técnica e Incubação | Apoio à estruturação de EESs e à articulação de redes e cadeias produtivas |
| Formação social e política, educação básica e capacitação profissional; | Desenvolvimento de tecnologias aplicadas e democratização de seu acesso; |
| Fundos públicos destinados ao financiamento das Políticas Públicas | Linhas de crédito e financiamento adequados; |
| Planos Nacional, Estadual e Municipal de Economia Solidária; | Marco legal e regulatório adequado ao setor; |

Constituição e organização da demanda (por meio de compras públicas e fomento ao Comércio Justo e Solidário) e da oferta (operação logística e infraestrutura) dos bens, produtos e serviços do setor.

Propostas

Então... O que fazer?

A seguir relacionamos algumas propostas que podem ser incorporadas por Programas de Governo nestas Eleições Municipais:

1 – Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários

Apoio na criação de novos empreendimentos, com assistência técnica e formação. Algumas incubadoras também fazem a cessão de espaço e equipamentos aos empreendimentos incubados. **Importante:** é preciso que haja uma previsão orçamentária adequada para a implementação da Política de Economia Solidária, bem como para a criação da Lei de Economia Solidária.

2 – Centro de Referência em Economia Popular e Solidária

Um espaço que possa oferecer capacitação e qualificação; oficinas próprias ou de visitantes; loja fixa para comercialização de produtos de Empreendimentos Econômicos Solidários; exposições temáticas; etc. Este equipamento também pode servir como ponto de referência para o cadastro dos EESs (CadSol) e o desenvolvimento de ações do Programa de Agentes Populares de Economia Solidária.

3 – Espaços Institucionais

Criação de órgãos como secretarias, subsecretarias ou departamentos para tratar da Economia Solidária. Geralmente vincula-se à pasta de Desenvolvimento Econômico. Também é possível que cada Secretaria Municipal tenha uma assessoria especializada para acompanhar a Economia Solidária, garantindo a execução de uma Política Pública transversal.

4 – Circuito das Feiras de Economia Solidária

As Feiras de Economia Solidária podem ser criadas pelo Poder Público para promover as vendas de EESs em espaços públicos (como terminais urbanos, praças, mercado municipal), em festas, feiras regulares e eventos em geral.

5 – Programa Municipal para Gestão Social de Resíduos Sólidos

Este programa estabelece um diálogo direto com as políticas de Assistência Social e Meio Ambiente, ao passo que gera trabalho decente. O objetivo deve ser fortalecer a cadeia produtiva da reciclagem, agregando valor e apoiando a estruturação das cooperativas! **Importante:** a Lei nº 14.133/2021 dispensa a licitação para contratação de Cooperativas de Reciclagem.

6 – Política de Agroecologia e Economia Solidária

Uma política que congregue estes dois elementos pode considerar: assistência técnica em agroecologia e agricultura orgânica para iniciativas com base técnica na autogestão; programa de incentivo à conversão das propriedades rurais e sua produção de convencionais para agroecológicos; fortalecer e promover Feiras Orgânicas – sobretudo como uma das formas de viabilizar o escoamento com a valorização da produção limpa e o produto orgânico.

7 – Programa Nacional de Cozinhas Solidárias

O Programa foi criado pela Lei nº 14.628/2023 (PAA) e regulamentado pelo Decreto nº 11.937/2024. As Cozinhas Solidárias são iniciativas da sociedade civil e se fortaleceram durante a Pandemia de Covid-19, com o propósito de ajudar a combater a fome em um período de crise sanitária, social, econômica, climática e política. É uma Tecnologia Social de combate à insegurança alimentar e nutricional que tem uma forma de organização popular, baseada na construção de redes comunitárias entre o Campo e a Cidade, através da aquisição de alimentos produzidos preferencialmente pelas agriculturas familiar, urbana e periurbana. Fornece alimentação gratuita e de qualidade à população, especialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

8 – Bancos Comunitários

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da Economia Popular e Solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares.

Saiba mais

Livro [Introdução à Economia Solidária](#), de Paul Singer

[Economia Solidária na Política Pública Municipal](#) e [Cartilhas Economia Solidária](#), da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

[Programa Coopera Diadema](#)

[Lei Paul Singer](#) – Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária, de São Paulo.